

As teorias sociológicas da inflação e o Plano Real: conflito e coalizão*

José Marcos Nayme Novelli**

Introdução

Em 1895, Émile Durkheim publicou *As regras do método sociológico*. Nesta obra, o autor indica as características de um fato social: *exterioridade* e *coercibilidade*. Em 1897, aplicou o seu método na análise do “suicídio” e afirmou que “[...] cada sociedade está predisposta a entregar um contingente determinado de mortos voluntários”.

Assim como o suicídio, a *inflação* também é um fato social, pois, além de possuir as características supramencionadas, existe em qualquer sociedade onde as relações de troca foram monetizadas e pode ser observada, medida e catalogada da mesma maneira “objetiva” como foi o suicídio. Não obstante o caráter reconhecidamente “social” da inflação, pouca atenção foi dada pelos sociólogos aos processos inflacionários, deixando aos economistas a tarefa de desvendar esse fenômeno.

* Este artigo é uma versão ligeiramente modificada de um trabalho apresentado no XI Congresso Brasileiro de Sociologia realizado em Campinas, de 1º a 5 de setembro de 2003, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

** José Marcos Nayme Novelli é doutorando em Ciências Sociais na Unicamp e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). É pesquisador do Centro de Estudos Internacionais e Política Contemporânea (Ceipoc) da Unicamp e autor de *Instituições, política e idéias econômicas: o caso do Banco Central do Brasil (1965-1998)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2001. E-mail para contato: novelli@unicamp.br e/ou novelli65@yahoo.fr

O objetivo deste artigo é apresentar a existência de uma *teoria sociológica da inflação*, apontar seus avanços e seus limites a partir de uma análise do Plano Real (1993-2002). Diferentemente de Durkheim, a análise sociológica da inflação aqui proposta será realizada a partir de outras tradições teórico-metodológicas da Sociologia, que se apóiam nos conflitos sociais para explicar a dinâmica das relações sociais. As coalizões (inflacionária e estabilizadora) que se formam na sociedade também são um elemento importante para a explicação do fenômeno que se pretende analisar.

A tese do conflito

Na década de 1970, as sociedades capitalistas avançadas experimentaram um período de inflação alta. A taxa média anual de inflação das “economias avançadas” passou de 4,0% (1961-70) para 10,8% (1971-80) (IMF, 2001; 119), ou seja, mais do que dobrou em uma década e permaneceu elevada no período seguinte, mormente entre 1981-85, perfazendo 8,1% ao longo de toda a década (1981-90).

Este aumento da taxa de inflação desencadeou um interessante debate – que buscava explicar as causas da inflação e da sua subida na década de 1970¹ –, sobretudo entre os economistas britânicos nas páginas de *Marxism Today*, cujos principais argumentos foram resenhados por James Harvey (1977) e apresentados na forma de seis grandes teorias marxistas da inflação: *a do conflito*; *a do gasto estatal*; *a monetarista*; *a monopolista*; *a abordagem empírica*; e *as fundamentalistas*.

Para a teoria do conflito, após a Segunda Guerra Mundial, com o pleno emprego, houve uma mudança significativa no capitalismo em favor do trabalho. Essa mudança resultou em um maior poder de barganha dos sindicatos, que passaram a con-

¹ Além de contar com um tradicional campo de pesquisa marxista, o Reino Unido foi também bastante atingido pela elevação da taxa anual de inflação: 9,5% (1971); 7,1% (1972); 9,2% (1973); 15,9% (1974); 24,3% (1975); 16,7% (1976); 15,8% (1977); 6,6% (1978); 12,6% (1979); 16,8% (1980); 12,2% (1981) e 8,5% (1982) (IMF, 2003).

quizar aumentos reais de salário superiores aos ganhos de produtividade. A reação dos capitalistas foi elevar os preços de forma a manter sua lucratividade, o que foi facilitado pela existência de monopólios. Portanto, “[...] a causa fundamental da inflação é a luta entre capital e trabalho por uma maior parte da riqueza disponível” (Harvey, 1977; 24)².

As teorias do gasto estatal defendem que o Estado, para fazer face aos seus dispêndios, emite moeda ou empresta do sistema bancário (o que acaba criando moeda), resultando em inflação. Essa tese é bastante próxima à da teoria monetarista, a qual sustenta que a inflação decorre do aumento excessivo da oferta monetária. A teoria monopolista afirma que as condições de monopólio presentes na indústria britânica permitem que as empresas elevem seus preços livremente. Harvey (1977) critica essas três teorias da mesma maneira: não são a causa da inflação, mas seu resultado. O aumento da oferta da moeda é um mecanismo de transmissão da inflação e não a causa; o gasto estatal não gera inflação, se financiado com impostos ou por empréstimos junto ao público e, portanto, sem emissão monetária – mas aumenta a pressão sobre a riqueza; e a existência de oligopólios (e não de monopólios), na verdade, não provoca inflação, mas permite que as demandas por aumentos salariais sejam repassadas aos preços.

Segundo a abordagem empírica, há quatro fatores que afetam os custos de bens e serviços: salários, lucros, preço dos materiais importados e impostos indiretos. A inflação seria resultado do aumento dos impostos indiretos, dos lucros das empresas de petróleo e da desvalorização da libra, que tornou os preços importados mais altos. Essa visão é adotada pelo Partido Comunista, pelo *Morning Star*, pela ala esquerda do movimento sindical e teria como objetivo rebater a propaganda capitalista que

² Harvey se baseia no artigo de Pat Devine, “Inflation and Marxist Theory”, publicado em *Marxism Today* em março de 1974. Devine afirma ainda que o Estado também passou a disputar a riqueza existente para fazer frente ao gasto social e militar, bem como fornecer subsídios ao capital. Além disso, a riqueza de um país é determinada pelo comércio internacional, e qualquer alteração nos termos de troca influencia a luta doméstica sobre a renda.

responsabiliza os aumentos salariais pela elevação da inflação. Para Harvey (1977), o problema desta abordagem é o seu completo silêncio sobre o salário, cujo aumento produz efeitos nos preços como os outros três elementos.

As teorias fundamentalistas se caracterizam por buscar nas obras de Marx (principalmente *O capital*) a explicação para as causas da inflação. O problema aqui, para Harvey, é a maneira com que Marx trata o dinheiro, qual seja, uma mercadoria-dinheiro como o ouro, que possui determinado valor. Na atual economia capitalista, o ouro não possui a mesma função, portanto, o dinheiro não seria mais uma mercadoria-dinheiro.

A tese de Pat Devine conquistou adeptos. Ian Gough (1975) aceitou a tese de que a causa da inflação é o conflito estrutural entre capital e trabalho, e que tanto o crescimento do poder do movimento sindical quanto o aumento do gasto estatal explicam a aceleração da inflação no final da década de 1960. As corporações dos países pertencentes à OCDE não só reduziram a sua participação no pagamento de impostos entre 1955 e 1969 como receberam um aumento da ajuda estatal. O aumento do gasto estatal foi financiado com impostos diretos e indiretos pagos pela classe trabalhadora. Foi essa elevação da ajuda estatal às empresas que gerou a inflação, pois a relação de forças entre as classes não permitiu nem um aumento dos impostos dos salários nem sobre bens e serviços, o que levou ao endividamento do Estado e ao rápido crescimento do déficit do setor público.

A tese do conflito foi aplicada na análise do caso mexicano. O “conflito social” se manifesta na luta pela repartição do produto social. A diferença entre as taxas de inflação dos países “ricos” (mais baixas) e dos países “pobres” (mais altas) está relacionada à questão da repartição do produto. Nos países “ricos”, “o conflito social parece institucionalizado: neles, existem acordos tácitos ou explícitos entre os diversos grupos sociais, que permitem reduzir ao mínimo os enfrentamentos diretos que alteram de maneira brusca o esquema da repartição, o que confere a este um maior grau de estabilidade” (Barkin e Esteva, 1979; 31).

A situação é inversa nos países “pobres”. Nesse sentido,

O conflito social tende a se expressar de maneira inflacionária quando se trasladam ao mercado as contradições econômicas existentes no seio das unidades produtivas mediante a ação direta dos agentes que as integram. Os níveis “altos” dos processos inflacionários correspondem a condições em que a disputa social não pôde cristalizar de maneira orgânica, não pode se estabelecer no plano das classes nem é capaz, portanto, de incidir de maneira direta e concertada sobre os grandes centros de decisão econômica para definir a evolução global. Em razão das condições desta índole, a luta salarial resulta amiúde, para os trabalhadores, um recurso desesperado, que no melhor dos casos somente logra impedir que sofra uma maior deterioração da sua situação real: o triunfo de suas reivindicações econômicas encontra sempre a resposta pontal do incremento dos preços (Barkin e Esteva, 1979; 37-8).

Outro artigo importante sobre a teoria do conflito foi o de Rowthorn (1982), cujo modelo, por ele desenvolvido, tinha por objetivo saber “[...] de que modo o conflito a respeito da distribuição da renda afeta o nível geral dos preços nas economias capitalistas desenvolvidas, [já que] a distribuição de renda é determinada pelos dois lados do setor privado”, quais sejam, classe operária e capitalista (Rowthorn, 1982; 136-48)³. Em resumo, a teoria marxista do conflito sustenta que a inflação tem origem nas lutas de classe, mais precisamente, na luta pela distribuição da renda (conflito distributivo).

Uma outra abordagem marxista defende que a inflação tem suas raízes no processo de acumulação de capital (Gamble e Walton, 1976) e que o “[...] Estado pode incrementar deliberadamente a inflação como meio conveniente de lidar com problemas que ele é incapaz de resolver, ou que não deseja solucionar de maneira mais fundamental” (Rowthorn, 1982; 120)⁴. Como forma de evitar a queda da taxa de lucro (e uma crise), o Estado adota políticas monetária e fiscal expansionistas, que permitem a elevação dos preços pelas empresas e a transferência do aumento dos custos para os consumidores. O problema é que o

³ Originalmente publicado como R. E. Rowthorn, “Conflict, inflation and money”, *Cambridge Journal of Economics*, n. 1, p. 215-39, 1977. Para o caso norte-americano, consultar Rosenberg e Weisskopf (1981).

⁴ Originalmente publicado como “Inflation and crisis”, *Marxism Today*, nov. 1977.

Estado não consegue controlar a subida de preços e, em algum momento, a inflação pode disparar, obrigando-no a implementar políticas monetária e fiscal contracionistas, o que resultará na queda do lucro e do investimento e em crise.

O trabalho de James O'Connor vai na mesma direção. O Estado capitalista tem duas funções: manter ou criar condições para uma lucrativa *acumulação* de capital e manter ou criar condições para a existência de uma harmonia social (*legitimação*). “A socialização dos custos e a apropriação privada dos lucros geram uma crise fiscal ou uma ‘brecha estrutural’ entre as despesas do Estado e suas rendas. O resultado é uma tendência para as despesas públicas crescerem mais rapidamente do que os meios de financiá-las” (O'Connor, 1977; 22), o que pode levar à inflação. Em suma, para a teoria da acumulação e da crise, a inflação é resultado do processo de acumulação de capital. O conflito distributivo é consequência desse processo, e não a causa.

As análises sobre a inflação permaneceram praticamente restritas à Economia (e aos economistas), e poucas foram as tentativas de extrapolar os limites desse campo. Uma exceção e, portanto, referência obrigatória, é o trabalho de Albert Hirschman (1981). Para este autor, “[...] as raízes da inflação penetram profundamente na estrutura política e social em geral, e no conflito político e social e na administração do conflito em particular” (Hirschman, 1981; 177). Para compreender esse fenômeno, é preciso avançar em relação à existente tese sociológica da inflação, qual seja, “a explicação da inflação em termos do conflito social entre grupos, cada um dos quais aspira a uma maior parcela do produto social” (Hirschman, 1981; 183). É necessário, pois, articular “[...] uma estrutura ‘fina’ de distinções, proposições e hipóteses” (Hirschman, 1981; 185).

Segundo Hirschman (1981), “grupos sociais” adotam certos comportamentos diante da inflação. Os economistas, ao analisar os efeitos da inflação sobre a distribuição da renda, mostraram que a inflação beneficiou os grupos dominantes: industriais nas economias centrais, e proprietários fundiários e exportadores de produtos primários nas economias periféricas. Favoreceu principalmente o Estado ao dotá-lo de capacidade de financiamento (inflacionário) dos seus próprios projetos e de redistribuir

a renda em favor de outros grupos sociais. Outros analistas observaram a existência de inflação mesmo em regimes autoritários, nos quais o salário é controlado. Portanto, a luta não ocorre apenas entre lucro e salário (entre classes sociais antagônicas), mas entre os lucros de um grupo empresarial e os de outro grupo (no interior da própria classe dominante e de suas frações). Nesse sentido, a indexação combateu os efeitos prejudiciais da inflação e foi eficaz em manter a renda dos exportadores, dos credores e dos poupadores, bem como as do Estado. E, finalmente, as alianças e as coalizões intra e entre classes podem explicar as diversas fases do ciclo político da inflação, bem como o rompimento e a formação de novas alianças (Hirschman, 1981; 185-94).

É na sociedade, nos “comportamentos” dos “grupos sociais” e nas suas relações, na parcela de poder que os grupos detêm e na disposição de iniciar ou contestar “ações inflacionárias” que está a origem e o desenvolvimento da inflação:

A inflação freqüentemente se inicia ou se intensifica, ao que parece, quando um grupo social detém suficientemente poder ou influência para obter adicionalmente riqueza e renda para si próprio (ou para escapar da sua participação em alguma perda sofrida pela economia), *mas não suficientemente* para o fazer permanentemente, de uma transferência de maneira definitiva. A inflação é um meio de efetuar uma transferência temporária. Um cancelamento parcial, completo ou mesmo desproporcional dessa transferência pode acontecer, antes de tudo, através de subseqüentes rotações na espiral inflacionária, sobretudo quando outros grupos usam seu poder retaliatório e pegam algo para si (ou escapam). A vantagem temporária ganha também pode se evaporar e se tornar um revés no curso de um programa de estabilização, de cortes, e de austeridade que pode se seguir após um período de inflação (Hirschman, 1981; 194-5).

Cada grupo social tem o seu pico de renda em períodos diferentes, e um grupo social somente alcança esse pico à custa da apropriação da renda dos outros grupos. Estes, por sua vez, reagem para retornar à sua renda máxima. O resultado disso é a continuidade da inflação. Com o aprofundamento do conflito social, a inflação possibilita a coexistência simultânea da luta e da repartição pelo produto social, evitando tanto a “guerra civil” quanto se adiantando a perturbações sociais e políticas muito mais graves.

Ou seja: a inflação “[...] é uma invenção notável que permite a sociedade existir numa situação intermediária entre os extremos da harmonia social e da guerra civil [...] como uma válvula de escape das tensões políticas e sociais” (Hirschman, 1981; 201-2).

Há inflação mesmo numa situação oposta, marcada pela “amizade” entre os grupos sociais e entre eles e o Estado que, por fraqueza ou excessiva “amabilidade”, sanciona as sucessivas demandas de um grupo ou do próprio aparelho estatal. A função da inflação, neste caso, é de negar uma parte daquilo que o Estado concedeu. Hirschman (1981) aponta o que há de comum nesses dois padrões (opostos) de comportamentos: “[...] evita-se vigorosamente o encontro cooperativo e o acordo dos grupos sociais” (Hirschman, 1981; 203).

É interessante registrar que, um ano antes de Hirschman (1981) produzir o seu texto⁵, um outro grupo de pesquisadores, do outro lado do Atlântico, tinha realizado uma conferência na Universidade de Warwick sobre a inflação (Hirsch e Goldthorpe, 1978). Vários dos autores que participaram daquela conferência – iluminados por diferentes perspectivas teóricas – defenderam a tese segundo a qual a inflação se relaciona com o conflito. Paniaë (1978), por exemplo, afirma que a inflação é o resultado de uma “brecha de aspiração” [*aspirations gap*] entre o padrão de vida atual dos indivíduos e grupos, e o padrão de vida desejado, pois causa conflitos e tensões socioeconômicas. Já para Crouch (1978),

[...] os processos de organização de interesses e sua subsequente politização impõem demandas pelos recursos econômicos maiores do que aqueles que podem ser satisfeitos. A menos que haja uma alta contínua da taxa de crescimento econômico ou uma mudança maior no padrão de interesses efetivos na sociedade, isto só pode levar à inflação (Crouch, 1978; 225).

Para o jornalista econômico, o diagnóstico monetarista é correto, mas insuficiente. É preciso analisar as “[...] forças que estão por trás de das injeções excessivas de dinheiro no sistema

⁵ O texto foi preparado em 1978 para um projeto sobre a Política e a Sociologia da Inflação Global promovido pelo Instituto Brookings.

econômico” (Brittan, 1978; 161). A inflação surge na democracia (um processo de seleção das elites), pois as elites, para se manterem no poder, não cortam os gastos nem aumentam os impostos. Ao contrário, sofrem pressão para aumentar o gasto governamental e adotar políticas de pleno emprego principalmente por parte dos sindicatos. Daí a “tentação” pelo financiamento inflacionário. Acrescente-se ainda o fim do padrão-ouro e o abandono da doutrina do orçamento equilibrado, que eliminaram os constrangimentos institucionais à expansão monetária.

Para o historiador Charles S. Maier, a inflação é uma forma que pode tomar o conflito distributivo nas sociedades modernas, mas as causas sociais e políticas da inflação devem ser buscadas nas coalizões (“configurações de interesses e alinhamentos dos grupos”) que se formam na sociedade. A inflação pode até ter sido detonada por um fator exógeno (como, por exemplo, a guerra ou o aumento do preço de uma mercadoria internacional), mas são as coalizões que determinam a sua extensão e a sua duração. Assim, coalizões inflacionárias

[...] se formam rapidamente e sem qualquer preparação prévia, às vezes até a contragosto dos seus componentes, sendo construídas através das linhas políticas dos partidos conforme padrões de riqueza, de renda e de afiliações industriais, gerando, elas próprias, impulsos inflacionários de intensidade variada (Maier, 1978; 43)⁶.

Para outro participante da conferência, o sociólogo John H. Goldthorpe, os economistas analisam a economia de mercado capitalista como tendo uma “propensão à estabilidade”, já os sociólogos afirmam que ela é “inerentemente instável”. Nesse sentido, a “tendência natural” para os sociólogos é “[...] olhar a inflação com sendo uma manifestação particular em um contexto histórico determinado das divisões e conflitos sociais que a economia [de mercado capitalista] sempre tende a gerar” (Goldthorpe, 1978; 195). Portanto, a investigação sociológica da inflação, “[...]

⁶ Charles S. Maier analisa três coalizões inflacionárias que se estabelecem a partir de três situações: inflação rastejante (até 10% a.a.); inflação latina (de 10 a 1.000% a.a.); e hiperinflação (acima de 1.000% a.a.).

entendida como a expressão monetária do conflito distributivo”, deve ter como base as “[...] *mudanças contínuas nos processos e estruturas sociais*” (Goldthorpe, 1978; 195).

Nesse sentido, o aumento da taxa de inflação nos anos 1970 decorre do aumento da intensidade do conflito entre grupos sociais devido ao fato de que a disputa se tornou mais equilibrada. No caso específico do Reino Unido, o aumento do conflito, do qual a inflação é resultado, está ligado aos seguintes aspectos: “[...] a decadência da ordem baseada no status; a realização da cidadania; e a emergência de uma classe trabalhadora ‘madura’” (Goldthorpe, 1978; 196).

Duas variáveis fundamentais para a análise da inflação e da estabilização monetária: conflito e coalizão

Não obstante o inegável avanço da teoria sociológica da inflação realizado por Hirschman (1981), este autor adota um ponto de partida normativo. Mas por que os grupos sociais deveriam necessariamente cooperar para não produzir inflação? Por ser a ação mais “racional”?

A cooperação ou não (intra e) entre as classes sociais deve ser investigada a partir de uma situação historicamente determinada. A tese do conflito distributivo, pois, seduz o sociólogo. Alguns economistas, mesmo aqueles que em algum dia defenderam a sua validade, tentam desqualificá-la a partir de uma constatação: “[...] conflito distributivo sempre existe no capitalismo, em qualquer lugar. E por que na Alemanha se tem conflito distributivo e não se tem inflação?” (Lara-Resende, 1996; 307). Porque o corporativismo na Alemanha (McNamara, 1998) permitiu alcançar, por exemplo, os objetivos das políticas keynesianas através de um processo mais consensual (Salama e Valier, 1992; 84). Uma hipótese não tautológica⁷ seria defender que um dos resultados

⁷ “Parece-me que ela [a teoria do conflito distributivo] é simplesmente vazia, quase tautológica, tudo se encaixa no conceito de conflito distributivo e, portanto, seu poder explicativo é baixo” (Lara-Resende, 1996; 307).

do conflito distributivo, numa dada conjuntura histórica de uma dada sociedade – como nos países subdesenvolvidos (Salama e Valier, 1992; 85) –, pode ser inflação.

Para o sociólogo interessado nas relações de poder na sociedade, que pretende analisar os processos inflacionários e de estabilização monetária, a teoria do conflito distributivo é o melhor caminho, visto que o conflito está na base das relações entre as classes sociais, como afirmaram Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*.

Mas o conflito por si só é insuficiente para analisar a inflação. É preciso introduzir uma outra variável: as coalizões. As coalizões variam de acordo com o seu grau de formalização e de visibilidade, podendo ter: alta visibilidade e formalização (“coalizões formais públicas”); alta visibilidade e baixa formalização (“coalizões informais públicas”); baixa visibilidade e alta formalização (“coalizões formais reservadas”); e baixa visibilidade e formalização (“coalizões informais implícitas”) (Abranches, 1993; 70). É esta última que caracteriza as coalizões inflacionárias, pois “[...] resultam da coordenação no tempo e no espaço, freqüentemente involuntária, de ações que isoladamente teriam pequeno impacto macroeconômico, mas quando articuladas e cumulativas provocam ou realimentam a inflação” (Abranches, 1993; 72). Nas palavras deste autor:

É razoável imaginar-se que dificilmente as pessoas entrariam em acordos formais ou informais para produzir inflação. [...] O caso típico é o da coordenação de aumentos não sustentáveis de salários e de preços: as empresas, buscando alívio das tensões capital-trabalho, que aumentam no quadro inflacionário, concedem reajustes acima do permitido pelo nível de preços então praticado e pelos índices em produtividade. Em seguida, elevam os preços para não sofrerem redução de suas margens de lucro. A correção salarial sanciona o novo nível de preços, pois recompõe relativamente e de imediato o poder de compra dos trabalhadores. No momento seguinte, a inflação resultante volta a erodir os salários, e os sindicatos reiniciam a pressão por novo reajuste. Toda vez que se reajustam os salários, mesmo que em seguida se elevem os preços, reduz-se o desconforto resultante da perda do poder aquisitivo (Abranches, 1993; 72) (grifo meu).

Conflito e coalizão são as variáveis que serão utilizadas para a análise da inflação e da estabilização monetária no Brasil nos últimos 20 anos.

Inflação e estabilização monetária no Brasil nos últimos 20 anos

“A correção monetária substituiu o mecanismo primário de formação de preços e eliminou a necessidade de uma política de rendas mais explícita e diferenciada” (Abranches, 1993; 75). O que permitiu o êxito e cimentou a coalizão inflacionária no Brasil foi, principalmente, a indexação, pois, de um lado, diminuiu as perdas, o desconforto, a insegurança e a incerteza típicas dos processos inflacionários e, de outro, garantiu um mínimo de previsibilidade para os “grupos sociais”⁸.

Apesar de extensa, a citação que se segue ilustra bem a importância das coalizões e do conflito na sociedade brasileira:

Os desentendimentos políticos entre os diversos grupos sociais brasileiros, a partir da introdução do voto universal secreto nos anos 30, geraram conseqüências econômicas tão importantes como pouco estudadas. A principal delas foi que, em razão da defesa intransigente da regressividade da distribuição da renda, os agentes econômicos raramente conseguiram entender-se, e os *pactos sociais explícitos* foram substituídos, alternadamente, por arbitragens políticas de cunho autoritário ou por “*pactos*” *inflacionários implícitos*. De fato, na ausência de um pacto social ou, ao contrário, de um indiscutível domínio de algum grupo homogêneo, a inflação proporcionou o caldo

⁸ Abranches (1993) aponta dois outros mecanismos que permitiram a sobrevivência da coalizão inflacionária: “[...] o giro financeiro acelerado e o congelamento de preços”. “Além de esconder e anestesiar o conflito distributivo, [...] o guarda-chuva financeiro acerta, para a maioria das empresas, as possíveis defasagens, cobrindo as perdas de rentabilidade operacional com lucro financeiro compensador. Dessa forma, a inflação não cede, mas também não encontra razões endógenas para subir. [...] o congelamento de preços (e a desindexação) forçam a desaceleração do processo inflacionário em descontrole. Não há neles nada que atue sobre as causas primárias da inflação. Resumem-se a interferir nos mecanismos de aceleração inflacionária” (Abranches, 1993; 77-8).

no qual todas as utopias, as mais antagônicas, puderam florescer. Nada é impossível nesse universo topológico em que a moeda se apresenta flexível como se de borracha. **É essa flexibilidade que permite exorcizar a violência aberta do conflito distributivo político, substituindo-a pela violência velada do conflito distributivo inflacionário.** O primeiro efeito deste último é o aumento da mobilidade social a curto prazo (na medida em que elimina as perdas *definitivas* de renda, capazes de interromper o processo inflacionário). Outro efeito é o aumento da coesão social, visto que dilui as fronteiras entre projetos antagônicos, permite que esperanças diversas se compatibilizem e cria expectativas favoráveis – materialmente expressas nos maciços investimentos, públicos e privados, que fizeram o país crescer ao longo de décadas (Earp, 1993; 102) (grifo meu).

Nos anos 1980, a dinâmica do *regime de alta inflação* (Frenkel, 1990; 164-5) sepultou qualquer papel duradouro e funcional exercido pela inflação no crescimento da economia brasileira⁹ e inviabilizou uma nova “fuga para frente” (Fiori, 1995). O traço aceleracionista desse regime empurrava as taxas de inflação para cima, e o seu combate por meio de medidas recessivas como controle da oferta do crédito, aumento da taxa de juros e redução dos gastos, que caracterizou a política econômica do segundo semestre de 1980 até o final de 1983, conteve a inflação em patamares elevados, mas não foi o suficiente para estancar uma expressiva elevação a partir de 1983¹⁰, quando a economia novamente voltou a crescer.

É importante destacar a relação entre o aumento das taxas anuais de inflação no início dos anos 1980 e o surgimento do “novo sindicalismo”. Não se defende aqui a tese conservadora segundo a qual as demandas por maiores salários detonaram a elevação da inflação. Ao contrário, o aumento da inflação é resultado do acirramento do conflito social possibilitado pela eclosão dos movimentos sociais, sobretudo o sindical.

⁹ Uma outra variável de igual importância foi a crise do padrão de financiamento externo da economia brasileira.

¹⁰ Taxa anual de inflação (INPC) medida pelo IBGE: 110,66% (1980); 91,19% (1981); 97,87% (1982); 172,90% (1983); 203,27% (1984); e 228,65% (1985). O INPC será o índice de preços utilizado no texto, salvo informação contrária.

Para a “Nova República”, o combate à inflação não era apenas uma questão econômica, mas também política. Não era politicamente aceitável para a nova coalizão governista combater a inflação através de políticas recessivas, que haviam caracterizado o regime ditatorial-militar. Era preciso, portanto, adotar uma nova estratégia (heterodoxa) a partir de um novo diagnóstico da inflação (inercial).

O grupo envolvido com a elaboração do Plano Cruzado era bastante heterogêneo¹¹, estava vinculado à oposição legal ao regime ditatorial-militar e se unia em torno de três princípios: crescimento econômico, criação de emprego e distribuição de renda. O plano de estabilização dos *economistas de oposição* deveria respeitar esses três princípios.

A oportunidade para a implantação de um plano heterodoxo, que levasse em conta esses princípios, surgiu com a mudança do comando da política econômica com a posse de Dílson Funaro no Ministério da Fazenda, no final de setembro de 1985. As taxas mensais de inflação estavam em franca ascensão: 10,25% em outubro; 14,18% em novembro; 15,75% em dezembro; 15,01% em janeiro de 1986. O Plano Cruzado foi implantado no final de fevereiro e foi um grande sucesso no combate à inflação, pois conseguiu reduzir a taxa mensal de 12,46% para 3,18% em março e para 0,43% em abril. O seu principal mecanismo – a sua principal medida heterodoxa – foi o congelamento de preços e salários (após a concessão de um abono). Mas o sucesso durou pouco. Em dezembro de 1986, a inflação mensal atingiu 7,27%, saltou para 16,82% em janeiro de 1987 e chegou a 20,96% em abril, culminando com a substituição no Ministério da Fazenda de Dílson Funaro por Luiz Carlos Bresser Pereira.

O que deu errado? Há duas grandes explicações, não necessariamente excludentes: a) correções como a “flexibilização” do congelamento e o aumento da taxa juros para segurar o aquecimento da economia não foram feitas porque o presidente José Sarney buscava aproveitar a grande popularidade proporcionada

¹¹ A maioria dos economistas era professor na PUC/RJ (núcleo da proposta), USP, Unicamp e FGV/Eaesp.

pelo plano para se legitimar perante a população, e também porque o PMDB (partido que controlava os ministérios econômicos e as principais instituições financeiras estatais) atrasou a adoção de medidas “impopulares” para não influir negativamente no calendário eleitoral (vale lembrar que o PMDB elegeu 22 dos 23 governadores em novembro de 1986) (Sardenberg, 1987 e Solnik, 1987); e b) o plano alterou a distribuição da renda entre os grupos sociais, e o fracasso da estabilização estaria ligado ao conflito distributivo, ou seja, os grupos perdedores passaram a reajustar os preços para que a sua renda retornasse ao nível pré-plano (Camargo e Ramos, 1988 e Bacha, 1988).

O fracasso do Plano Cruzado teve importantes conseqüências para a coalizão inflacionária. Em primeiro lugar, aumentou a “tolerância social” para com a inflação, ou seja, aceitou-se uma convivência com maiores índices de inflação. Em segundo lugar, produziu “comportamentos superdefensivos”, que contribuíram para o processo de aceleração inflacionária e, em terceiro lugar, introduziu um novo “choque” – o congelamento – que atenuava as pressões aceleracionistas e possibilitava a “continuação do jogo” (Abranches, 1993; 80-7), isto é, quando a inflação começava a fugir do controle e aumentava perigosamente, havia a necessidade de um mecanismo para inibi-la, mas que era insuficiente para desmontar a coalizão inflacionária¹².

Contudo, “o jogo” se dava em patamares cada vez mais elevados de inflação: 1986, 57,85% a.a.; 1987, 394,90% a.a.; 1988, 993,29% a.a.; 1989, 1.863,56% a.a.; 1990, 1.585,18% a.a. É importante lembrar que o “caos” monetário, financeiro e mesmo na esfera produtiva característico das “fases curtas e brutais” do processo hiperinflacionário¹³ “aberto” presente no final do governo Sarney

¹² A sociedade brasileira conheceria outros planos de estabilização: Plano Cruzado II (novembro de 1986 a junho de 1987), Plano Bresser (segundo semestre de 1987), Plano Feijão-com-Arroz (1988) e Plano Verão (janeiro de 1989), Plano Collor I (1990) e Plano Collor II (1991) que incluíam, em maior ou menor grau, medidas ortodoxas e heterodoxas e podem ser resumidos em uma mesma característica: todos fracassaram.

¹³ Os processos hiperinflacionários possuem três características: “a alta de preços se torna simultaneamente *exponencial, incontrolável e imprevisível*; os preços

não estava unicamente relacionado às incertezas da mudança eleitoral, mas também estava ligado ao tipo de ajuste adotado diante da crise do padrão de financiamento externo da economia brasileira (Salama e Valier, 1992; 213-8; Batista Jr., 1992; 239).

Ainda que a recessão de 1991 tenha contribuído para a redução da inflação para 475,11% a.a., a taxa anual volta a subir em 1992 para 1.149,06% e para 2.489,11% em 1993. A ameaça de uma hiperinflação aberta estava de volta. Mas as novas condições políticas ocasionadas pelo *impeachment* do presidente Collor de Melo colocaram, passados sete anos, o núcleo central dos “pais” do Plano Cruzado de volta ao governo federal. Esse grupo de economistas foi reconduzido ao governo pelas mãos de Fernando Henrique Cardoso, o quarto ministro da Fazenda após sete meses do governo Itamar Franco.

O novo ministro da Fazenda reuniu uma equipe formada por parte dos economistas que haviam participado na elaboração do Plano Cruzado, ligados à PUC/RJ. O seu compromisso imediato era com a estabilização, condição indispensável sem a qual seria impossível ter “crescimento sustentável”. Quando assumiu em maio de 1993, a taxa mensal de inflação era de 26,78%, saltou para 42,86% em abril de 1994, chegando a 48,24% em junho de 1994.

O resto da história é bastante conhecido: a taxa mensal recuou para 7,75% em julho, despencou para 1,85% em agos-

relativos perdem cada vez mais sua coerência, o que alimenta a própria aceleração da alta dos preços; e a moeda nacional perde cada vez mais o exercício de suas funções essenciais. ... Com o emprego do termo ‘hiperinflação tendencial’ queremos, de fato, exprimir precisamente *duas especificidades essenciais das situações hiperinflacionárias dos anos 80*, notadamente na América Latina: situações onde *as características da hiperinflação estão presentes*, mas onde nem a perda do controle de preços, nem a incoerência dos preços relativos, nem a perda pela moeda nacional de suas funções de moeda são generalizadas; a produção continua em geral a se desenvolver, ainda que a um ritmo *mais fraco* e, sobretudo, *mais irregular* que na década precedente; [e] situações *duradouras*; o conjunto da década de 80, mesmo que incluindo, conforme constataremos, curtos períodos de trégua, será caracterizado pela existência de uma inflação em níveis bastante elevados” (Salama e Valier, 1992; 16-8. A preferência que os autores têm pelo conceito de “hiperinflação tendencial” decorre da maior importância que eles dão ao desajuste dos preços relativos do que a inércia inflacionária.

to, 1,40% em setembro, e em outubro de 1994, Fernando Henrique Cardoso era eleito presidente da República, no primeiro turno, com 34 milhões de votos.

O Plano Real começou a ser gestado no mês de junho de 1993 com a divulgação do Programa de Ação Imediata (PAI), cujo principal objetivo era um corte de aproximadamente US\$ 6 bilhões no orçamento de 1993¹⁴. A segunda e a terceira fases do plano foram apresentadas na Exposição de Motivos nº 395, de 7/12/93, assinada pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Partia-se do pressuposto de que “a reorganização fiscal é a pedra fundamental do processo de estabilização” e, para tanto, propunha-se a criação do Fundo Social de Emergência, um mecanismo de ajuste fiscal, cujo objetivo era desvincular uma parte das receitas dos gastos da União estabelecidas pela Constituição de 1988. A terceira fase – reforma monetária – teria dois momentos: a criação de um novo indexador e a sua generalização a partir de 1º/3/94 – a Unidade Real de Valor (URV) –, que tomou forma pela edição da Medida Provisória nº 434, de 28/2/94, convertida na Lei nº 8.880, de 27/5/94. E, em 1º/7/94, como determinado pela Medida Provisória nº 542, de 30/6/94, convertida na Lei nº 9.069, de 29/6/95, a URV tornou-se a nova moeda – real – com paridade em relação ao dólar (US\$ 1,00 = R\$ 1,00)¹⁵.

A taxa anual de inflação caiu de 2.489,11% a.a. em 1993 para 21,98% a.a. em 1995. Após sete anos de governo Fernando Henrique Cardoso, a inflação anual brasileira manteve-se em um dígito, mesmo depois da desvalorização do real e do abandono da âncora cambial. Apenas em 2002 chegou a 14,74%.

O fracasso do Plano Cruzado indicou aos *policymakers* do Plano Real aquilo “[...] que não deveria ser feito do ponto de vista

¹⁴ O principal resultado do PAI foi a adesão/apoio da mídia às iniciativas do ministro da Fazenda (Rodrigues, 2000; 289).

¹⁵ A EM 395/93 estabelecia que, para a consecução da estabilidade econômica era preciso também realizar reformas constitucionais e, portanto, deveria aproveitar o momento da Revisão Constitucional para: rever o federalismo fiscal e a rigidez do gasto público, fazer as reformas tributária, administrativa e previdenciária, e “modernizar a economia”, ou seja, implantar as reformas orientadas para o mercado (privatização, liberalização e desregulamentação).

operacional” (Filgueiras, 2000; 32). Portanto, a comparação entre os Planos Cruzado e Real permite constatar que as principais diferenças na gestão desses planos foram: a) a renúncia à utilização de congelamento de preços; b) a indexação total, mas transitória da economia (URV); c) a atrelagem desse indexador ao dólar e; d) a substituição da URV pela nova moeda (R\$). É bom lembrar que, apesar da “engenhosidade” dos formuladores do Plano Real, este é apenas mais um de uma família de planos exitosos de estabilização monetária implementados na década de 1990. Tudo indica que a liquidez internacional daquela década foi muito mais que uma “janela de oportunidade” (Sola e Kugelmas, 1996) para o seu sucesso, mas um elemento determinante para ele, como será discutido mais adiante.

De fato, é preciso ir além e incorporar a dimensão internacional se se pretende ter um quadro analítico mais amplo. O governo Itamar Franco defrontou-se com uma conjuntura internacional de extrema liquidez e adotou uma política de absorção desses recursos externos que culminou com a elevação do saldo das reservas internacionais. Essa medida foi tomada em razão da decisão de se utilizar uma âncora cambial como forma de combater a inflação (Filgueiras, 2000; 32; Batista Jr., 1996; 136): “[...] ou seja, utiliza-se a fixação do valor externo da moeda como mecanismo para alcançar a estabilidade do valor interno da moeda” (Carneiro, 2000; 109). Reservas internacionais elevadas inibiriam as tentativas de se especular contra a paridade adotada:

Uma das condições essenciais para a implementação de programas de estabilização com âncora cambial é a possibilidade de estabelecer o valor externo da moeda sem que esse seja ameaçado por choques de preços ou percalços no financiamento do balanço de pagamentos. **Fica claro portanto o porquê desses programas não terem sido adotados durante os anos 80, período durante o qual o valor externo da moeda esteve sob permanente questionamento em razão das sucessivas dificuldades do balanço de pagamentos.** De igual maneira a ausência de crises de confiança de maior intensidade sobre a dívida pública parece ser também um requisito para deflagrar este tipo de programa de estabilização (Carneiro, 2000; 112) (grifo meu).

As duas condições estavam dadas: de um lado, em abril de 1994, a dívida externa foi renegociada, e um acordo com os bancos credores foi fechado, e, portanto, a dívida pública externa líquida se reduzia na proporção da elevação das reservas internacionais; do outro lado, a dívida pública interna encontrava-se em níveis reduzidos em razão do seqüestro dos ativos financeiros praticado pelo Plano Collor.

Para a internalização dos fluxos financeiros internacionais, várias medidas foram tomadas¹⁶. A primeira foi a criação, *por Resolução do CMN*, do Anexo IV (à Resolução CMN 1289/87), que

[...] não está sujeito a critérios de composição, capital mínimo inicial e período de permanência, e permite a entrada direta de investidores institucionais estrangeiros no mercado acionário doméstico, definidos como fundos de pensão, companhias de seguro, instituições financeiras estrangeiras, fundos de investimento constituídos no exterior etc. (Prates, 1999; 19).

Ainda em 1991, foi autorizada a constituição de “Fundos de Privatização – Capital Estrangeiro”; em 1993, “Fundos de Renda Fixa – Capital Estrangeiro”; e em 1996, “Fundos de Investimento em Empresas Emergentes” e “Fundos de Investimento Imobiliário”. Além desses instrumentos, há as contas CC-5, que, através da Carta Circular 2259/92, do BCB, possibilitaram a livre compra, pelas instituições financeiras, de moeda estrangeira no mercado de câmbio (Prates, 1999; 25-7).

Se, para Edwards (1995), a estabilização monetária é vista como pré-condição para a adoção bem-sucedida das reformas orientadas para o mercado, essa mesma literatura desconsidera a importância da realização de reformas prévias para a obtenção da própria estabilização, como atestam os casos argentino e brasileiro.

Com efeito, a estabilização monetária é um momento intermediário que permite aprofundar as reformas já iniciadas. No entanto,

¹⁶ De igual importância foi a liberalização comercial, iniciada no governo Collor e aprofundada no segundo semestre de 1994, após a reforma monetária que introduziu o real.

*um conjunto mínimo de reformas institucionais é essencial para que se consiga a estabilização*¹⁷. E para a realização dessas reformas prévias, há necessidade da constituição uma coalizão.

No caso brasileiro, essa coalizão começou a se compor no final da década de 1980, mas, para entendê-la, é preciso levar em conta as mudanças mais gerais na ordem econômica internacional e a resposta norte-americana a elas, como a “diplomacia do dólar forte” (Tavares, 1997). A defesa pelo governo estadunidense de uma ordem econômica mundial liberal atinge em cheio a “Nova República”, que “passou a sofrer pressões crescentes” pela abertura. No plano interno, o fracasso do Plano Cruzado desmonta a “coalizão neodesenvolvimentista” abrindo o terreno para a construção de uma nova coalizão cimentada na “[...] idéia de que a liberalização econômica pudesse vir a ser uma solução para o problema de reforçar a autoridade do Estado e disciplinar o mercado não deixava de exercer os seus atrativos” (Velasco e Cruz, 1997; 136). De fato, essa idéia passou a fazer parte do discurso estatal após a nomeação de Bresser Pereira para o Ministério da Fazenda em junho de 1987. Mas a nova coalizão não teve força suficiente para impor o seu projeto econômico-liberal de sociedade na Constituinte. Assim, marcada pelo contencioso com os EUA, pelo fracasso do Plano Cruzado e pela aprovação de uma Constituição “liberal-intervencionista”, a política econômica da Nova República só poderia terminar lacoicamente, como uma política “feijão-com-arroz”.

Esses eventos foram capazes de produzir um ferimento mortal na coalizão (neo)desenvolvimentista, mas não na coalizão inflacionária, que permaneceu ativa no governo Collor. No entanto, as condições para a sua desestruturação estavam lançadas:

O Governo Collor deve ser visto como um precursor das reformas liberais que viriam a ser aprofundadas e ampliadas pelo Governo Cardoso. Como desdobramento mais específico desse ponto de vista, constituindo-se em seu elemento qualificador, demonstra-se que: a)

¹⁷ O outro elemento fundamental, como já apontado, é a liquidez no mercado internacional.

esse Plano [Real] não é, meramente, um programa de estabilização solitário. Na essência, vai muito mais longe, pois se articula a um projeto maior, de redefinição da economia brasileira e de sua inserção na nova (des)ordem internacional, conforme o ideário do Consenso de Washington...; b) a estabilidade monetária até agora conseguida, assentada numa indiscriminada abertura comercial e financeira da economia [...] ao exigir elevadas taxas de juros para a sustentação da “âncora cambial”, provoca uma permanente situação de instabilidade macroeconômica (Filgueiras, 2000; 31) (grifo meu).

Que tipo de relação há entre os governos Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso? A linha interpretativa aqui adotada aponta a presença de alguns elementos comuns. Em primeiro lugar, há uma continuidade das políticas adotadas (privatização, e liberalização comercial e financeira) (Velasco e Cruz, 2000; 7). Em segundo lugar, há o reconhecimento de que a estabilidade está conectada à realização de reformas mais amplas (Filgueiras, 2000; 84). E, em terceiro lugar, há uma visão comum quanto ao diagnóstico da crise (“a crise fiscal do Estado”) (Bresser Pereira, 1991; 9-10) e da agenda política (reformas liberalizantes) (Velasco e Cruz, 1997; 151).

Para o governo Collor, a rigidez econômica e administrativa sancionada pela Constituição de 1988 impedia “uma gestão econômica eficaz”. Descartadas as alternativas não institucionais, era preciso, portanto, construir um consenso sobre a necessidade de reformar a Constituição. Esse consenso foi dado “[...] pela crescente difusão do ideário do ‘ajuste estrutural’ entre as elites políticas [o principal difusor foi o PFL] e empresariais brasileiras” (Rodrigues, 2000; 178) e, a partir daí, para toda a sociedade.

Mas as tentativas de reforma constitucional se interromperam com a posse de Itamar Franco e

a absoluta ausência de qualquer projeto político no [seu] governo – ele próprio resultante do colapso do primeiro experimento de implementação do receituário das reformas orientadas para o mercado – possibilitou à candidatura Fernando Henrique valer-se do Estado tanto para, por um lado, formular um novo e consistente projeto de poder assentado na direita política – como matriz ideológica e como base de apoio parlamentar – quanto para, por outro lado, ocu-

par esse governo e transformá-lo em laboratório de um experimento de estabilização monetária com base no qual tal projeto de poder reivindicou sua viabilidade eleitoral (Rodrigues, 2000: 334).

E, assim, o PFL voltou ao governo: no primeiro momento, apoiando algumas iniciativas do governo Itamar Franco e, no segundo momento, fazendo uma aliança eleitoral com o PSDB e reivindicando/ocupando a vice-presidência da chapa. Fernando Henrique Cardoso teria sido “o *condottiere* da estabilização”, mas, contrariamente a Collor, conseguiu implementar a estabilização “[...] com consequência *porque* apoiado no saber técnico e num pacto político agregador dessas mesmas elites” (Rodrigues, 2000; 277-9)¹⁸.

As mudanças estruturais na ordem internacional¹⁹, como já discutido, são parte importante para a compreensão do sucesso dos planos de estabilização na década de 1990 e o ritmo da implantação das reformas orientadas para o mercado²⁰. Mas elas são insuficientes para entender as coalizões que apóiam e sustentam a implementação das reformas e dos planos de estabilização monetária. Portanto, assim como se utilizou o conceito de coalizão inflacionária para explicar a manutenção de processos inflacionários na sociedade brasileira, adotar-se-á o conceito de *coalizão estabilizadora* para explicar o sucesso da estabilização monetária.

Com efeito, aceitou-se a premissa segundo a qual é difícil imaginar as pessoas estabelecendo acordos formais e informais

¹⁸ E, posteriormente, a estabilidade fornece as condições ao governo para a construção de coalizões estáveis, força para implementar políticas e conquistar legitimidade diante do eleitorado e obter o seu apoio eleitoral (Faucher, 1998; 24).

¹⁹ Mais precisamente: neoliberalismo (ideologia e política econômico-social), reestruturação produtiva (associada às novas tecnologias, e às novas formas e métodos de gestão e organização do trabalho) e a globalização (sobretudo financeira) impulsionados pelas grandes corporações transnacionais (produtivas e financeiras), instituições comerciais e financeiras multilaterais (FMI, BIRD, BID e OMC) e os governos dos países economicamente mais importantes (Estados Unidos, Japão e Alemanha) (Filgueiras, 2000; 41-67).

²⁰ “A importância decisiva do fator internacional na virada latino-americana em direção às ‘reformas orientadas para o mercado’ foi convincentemente demonstrada por Barbara Stallings em seu excelente estudo sobre a crise da dívida, programas de estabilização e reformas estruturais” (Velasco e Cruz, 1998: 17).

para produzir inflação. Mas, o oposto – a necessidade de entabular acordos visíveis, formais ou não – parece condição indispensável para conquistar a estabilidade monetária:

As coalizões formais e públicas [alta formalização e alta visibilidade] são definidas por instrumento com validade legal, geralmente de natureza contratual, e são de conhecimento público. [...] A formação de blocos partidários, alianças eleitorais, blocos políticos mistos, reunindo partidos e sindicatos, assume, na maioria dos casos, caráter público e formal. [...] Os acordos informais e públicos [baixa formalização e alta visibilidade] constituem o modo mais usual e simples de acertar determinadas ações conjuntas. Ocorrem cotidianamente entre empresas, lideranças parlamentares, Executivo e Legislativo, e assim por diante (Abranches, 1993; 71).

Para Abranches (1993), a estabilidade somente poderia ser obtida através de uma coalizão formal pública (Abranches, 1993; 91). No entanto, aplicado ao caso brasileiro, o argumento não caberia, pois haveria um certo exagero se tomado pelo lado da formalização. Aqui, mesmo as regras do acordo formal – o Plano Real – foram muito mais flexíveis. Desde o início, havia a possibilidade, por exemplo, de uma mudança no câmbio, o que de fato acabou ocorrendo com a desvalorização cambial em 1999. E, mesmo assim, a inflação não voltou, permanecendo relativamente baixa (um dígito) na maior parte do segundo mandato do presidente Cardoso.

Talvez fosse melhor adotar a hipótese de que a coalizão estabilizadora apresenta sempre um alto grau de visibilidade, *baseado sempre no seu compromisso inequívoco com a estabilização*, mas, de acordo com a situação concreta, sua formalização, *as medidas efetivas a serem tomadas para atingir a estabilização*, pode ser alta ou baixa.

Outro fator importante é a desarticulação da coalizão inflacionária para a constituição da coalizão estabilizadora. Mas quem compunha a primeira? Para Armijo (1998), a coalizão política dominante liderada pelo capital industrial produz crescimento e inflação, enquanto a coalizão pró-estabilização é usualmente liderada pelo capital financeiro (Armijo, 1998). Contrariamente, para Faucher (1998):

[...] a coalizão mais forte era composta pelos setores que prosperavam com a inflação. [...] Foi assim que a generalização da indexação e outras peculiaridades das normas financeiras brasileiras permitiram que os donos do capital financeiro (banqueiros, investidores privados e empresas) obtivessem lucros excelentes com uma inflação alta e em crescimento. [...] Com a indexação, a maior parte dos assalariados sentia-se protegida contra a inflação, e foi isso que aconteceu com a “nova” classe média. [...] Apesar da proteção obtida através da indexação, por volta de 1985 a crise fiscal começou a corroer o poder aquisitivo e a boa imagem da classe média (Faucher, 1998; 21-3).

Ainda segundo Faucher (1998), a coalizão inflacionária e a “oposição popular” foram enfraquecidas em razão da crise institucional que se seguiu ao *impeachment* de Collor e à deterioração da situação econômica (Faucher, 1998; 25). O problema na análise de Faucher (1998) é o papel passivo consagrado aos trabalhadores organizados na coalizão inflacionária, enquanto a visão de Armijo (1998) das coalizões é bastante maniqueísta: industriais produzem inflação, e banqueiros, estabilização.

Ao penetrar profundamente nas instituições e na sociedade em geral, é difícil imaginar uma classe social ou uma fração de classe social que, no plano nacional, não participasse da coalizão inflacionária. Trata-se, portanto, de uma coalizão bastante ampla. O núcleo dessa coalizão era formada pelo conjunto da burguesia e os trabalhadores organizados. Contudo, é possível observar que essas classes ou frações de classe se comportavam diferentemente diante do processo inflacionário. O conjunto da burguesia, para manter (ou mesmo aumentar) sua margem de lucro, procurava se antecipar à inflação reajustando os preços preventivamente. Em razão disso, os trabalhadores organizados (inclusive os de classe média) buscavam recompor o seu poder de compra, mas sempre estavam a reboque do aumento de preços. A classe média tradicional (profissionais liberais) protegia-se utilizando a moeda indexada. Por fim, os trabalhadores desorganizados – que não tinham acesso aos instrumentos de indexação da moeda nem à moeda estrangeira – conseguiam, ainda que de forma precária e parcial, recompor o seu poder de compra.

Duas ações governamentais foram de fundamental importância para a desarticulação da coalizão inflacionária: do lado do empresariado, a abertura comercial colocou as empresas e seus produtos nacionais em competição com os importados, o que acabou por impedir o repasse e a elevação dos preços. Do lado dos trabalhadores organizados, a dureza com que a greve dos petroleiros foi combatida (participação do Exército) e o rigor das penalidades que foram impostas ao sindicato sinalizaram um novo padrão de ação governamental no tratamento das reivindicações dos primeiros (não há negociação para reposição da inflação nem indexação salarial).

Além dos elementos acima citados, examinar a ação do capital externo é fundamental para compreender a dinâmica de articulação e de desarticulação das coalizões. Aqui, o capital estrangeiro é identificado como aquela fração responsável pelo financiamento externo da economia, e não como o capital estrangeiro estabelecido internamente, seja na indústria, seja no comércio ou nos serviços (inclusive bancos). Até a eclosão da crise da dívida, esse capital estrangeiro é representado pelos grandes bancos internacionais e as instituições financeiras multilaterais. No final da década de 1980 e no início da década de 1990, os grandes investidores institucionais e as mesmas instituições financeiras internacionais compuseram o capital estrangeiro.

Para a constituição da coalizão estabilizadora, tomou parte o conjunto do empresariado nacional, mesmo aqueles expostos à competição internacional. O motivo: a adesão destes à nova ordem liberal, como já apontado. Mas, certamente, essa coalizão não teria se viabilizado eleitoralmente se não contasse com o apoio daqueles que se beneficiaram com o fim do imposto inflacionário²¹ (mais pobres) e a sobrevalorização cambial

²¹ “O poder de compra das massas urbanas se expandiu com o virtual desaparecimento do imposto inflacionário. Assim, a reativação se associou com a estabilidade” (Gerchunoff e Torre, 1996; 747). No Brasil, a participação dos mais pobres na renda teve um crescimento significativo. A renda média mensal, que era equivalente a R\$ 769 em 1992, R\$ 824 em 1993, R\$ 869 em 1994, elevou-se para R\$ 1.066 em 1995, R\$ 1.098 em 1996, passando a cair lentamente para R\$ 1.080

(mais pobres e camadas médias)²².

Além disso, a coalizão estabilizadora contou com um componente decisivo: o capital externo. A sua presença na coalizão pode ser medida por intermédio da sua participação no processo de privatização²³, pelo investimento direto estrangeiro²⁴ e pela variação das reservas internacionais²⁵.

Da perspectiva aqui adotada, procurou-se mostrar a importância do conflito e das coalizões sociais para explicar tanto os processos inflacionários quanto os processos de estabilização monetária. Detectou-se, ao longo do texto, que o capital externo tem um papel fundamental, talvez determinante, na dinâmica dos conflitos e das coalizões. A crise da dívida externa e o conseqüente afastamento do capital estrangeiro podem ser identificados como um marco para a constituição da coalizão inflacionária.

partir de 1997, R\$ 1.075 em 1998, e abruptamente para R\$ 1.007 em 1999, estabilizando-se com uma tendência de queda para R\$ 1.000 em 2000 e R\$ 993 em 2001 (EXPLOÇÃO..., 2002; 10-1).

22 Para o sociólogo político, a coalizão estabilizadora (ou o “novo bloco hegemônico”) é composta pela “[...] grande maioria dos parlamentares, burocratas e dirigentes do Executivo, empresariado de todos os segmentos, mídia, etc., com larga penetração na classe média e em parte do sindicalismo urbano e na massa da população” (Sallum Jr., 1999; 32)

23 No período entre 1991-2002, a participação do capital estrangeiro no total das privatizações foi de 48,2%, ou US\$ 42,13 bilhões. No caso do setor de telecomunicações, a sua participação foi de 59,4%, ou US\$ 17,27 bilhões. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/privatizacao/estrangeiros/foreign.asp>.

24 Total de investimento direto estrangeiro bruto por ano e em bilhões de dólares no Brasil: 1993: 0,9; 1994: 2,4; 1995: 5,5; 1996: 10,5; 1997: 18,7; 1998: 28,5; 1999: 31,4 e 2000: 33,6. Fonte: Relatório do Banco Central do Brasil (diversos números).

25 A variação das reservas internacionais é entendida como um elemento importante para compreender a dinâmica da coalizão estabilizadora. Em novembro de 1998, o Brasil realizou um empréstimo junto ao FMI em razão de uma grande fuga de capitais. Para se ter uma idéia, em abril as reservas internacionais contavam com US\$ 73,8 bilhões e, em dezembro, chegaram a US\$ 43,6 bilhões, após o aporte de aproximadamente US\$ 41 bilhões de um consórcio formado pelo FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, bancos centrais da União Européia, Estados Unidos, Canadá, Japão e pelo *Bank for International Settlements* (BIS). Se as reservas internacionais não fossem minimamente reconstituídas, a estabilidade monetária cairia por terra. Nesse sentido, o empréstimo do FMI foi fundamental para a manutenção dessa estabilidade.

A inflação somente é contida quando uma nova coalizão é formada, desta vez com a presença do capital externo.

O trabalho organizado também desempenha um papel importante na constituição de uma coalizão inflacionária. Uma vez articulada, essa coalizão só pode ser dissolvida, no que tange aos trabalhadores, com o aumento da renda. Em outras palavras: a estabilização monetária (e o fim do imposto inflacionário) significa, *no curto prazo*, um aumento da renda, sobretudo dos trabalhadores desorganizados, e uma pequena variação (queda ou aumento) ou mesmo uma estabilidade da taxa de desemprego, pois todo o início de um processo de estabilização monetária é seguido por um aquecimento da atividade econômica.

Essa conjuntura cria condições para a constituição da coalizão estabilizadora, e o aumento da renda possibilita o apoio da maior parte da classe trabalhadora, principalmente dos trabalhadores desorganizados, a essa coalizão. Porém, *a manutenção da estabilidade monetária no longo prazo* é garantida pelo aumento do desemprego²⁶, que gera desmobilização e desorganização dos trabalhadores. Assim, o desemprego se torna a “âncora” da estabilidade monetária, pois a inflação e a reconstituição da coalizão inflacionária não ocorrem mesmo após a desvalorização do real graças à manutenção do desemprego elevado.

Em suma, a estabilização monetária foi obtida, mas o conflito social não deixou de existir. O conflito social foi atenuado, e o êxito da coalizão estabilizadora está diretamente relacionado à maneira pela qual a coalizão inflacionária foi desarticulada, qual seja, através da repressão ao movimento sindical e, no segundo mandato do presidente Cardoso, através da estagnação econômica, que fragiliza a ação dos trabalhadores urbanos. O sucesso da estabilização monetária deve-se também às reformas institucionais previamente adotadas e a uma conjuntura financeira internacional bastante favorável.

²⁶ Na região metropolitana de São Paulo a taxa de desemprego aumentou de 14,2% em 1994 para 19,0% em 2002 (<http://www.seade.gov.br>).

Referências bibliográficas

ABRANCHES, Sérgio. A Sociologia Política da Inflação. In: VIEIRA, José R. *et al.* (Orgs.) **Na corda bamba**: doze estudos sobre a cultura da inflação. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993. p. 63-94.

ARMÍJO, Leslie Elliot. **The political economy of inflation in developing countries**: A broad thesis, with reference to the experiences of Brazil and India. In: XXI INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 1998. Chicago.

BACHA, Edmar L. Moeda, inércia e conflito: reflexões sobre políticas de estabilização no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 18, n. 1, p. 1-16, abr. 1988.

BARKIN, David e ESTEVA, Gustavo. **Inflación y democracia**: el caso de México. México DF: Siglo XXI, 1979.

BATISTA Jr., Paulo N. Keynes e a estabilização do marco alemão nos anos 20. In: BELLUZZO, Luiz G. M. e BATISTA Jr., Paulo N. (Orgs.). **A luta pela sobrevivência da moeda nacional**: ensaios em homenagem a Dilson Funaro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. cap. 7, p. 233-85.

_____. O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina. **Estudos Avançados**, v. 10, n. 28, p. 129-97, 1996.

BRESSER PEREIRA, Luiz C. **Os tempos heróicos de Collor e Zélia**: aventuras da modernidade e desventuras da ortodoxia. São Paulo: Nobel, 1991.

BRITTAN, Samuel. Inflation and democracy. In: HIRSCH, Fred & GOLDTHORPE, John H. (Eds.). **The political economy of inflation**. Cambridge: Harvard U. P., 1978. cap. 7, p. 161-85.

CAMARGO, José M. e RAMOS, Carlos A. **A revolução indesejada**: conflito distributivo e mercado de trabalho. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

CARNEIRO, Ricardo. **Reformas liberais, estabilidade e estagnação (a economia brasileira na década de 90)**. 2000. Tese de Livre Docência. (Instituto de Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CROUCH, Colin. Inflation and the political organization of economic interests. In: HIRSCH, Fred e GOLDTHORPE, John H. (Eds.). **The political economy of inflation**. Cambridge: Harvard U. P., 1978. cap. 9, p. 217-39.

EARP, Fábio Sá. Modernização, conflito e inflação: notas sobre o caso brasileiro. In: VIEIRA, José R. *et al.* (Orgs.) **Na corda bamba: doze estudos sobre a cultura da inflação**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993. p. 95-112.

EDWARDS, Sebastian. **Crisis and reform in Latin America: from despair to hope**. Oxford: Oxford U. P., 1995.

EXPLOSÃO de consumo com Plano Real não se sustenta, **Folha de S. Paulo**, 25 out. 2002, p. 10-1 (Eleições 2002).

FAUCHER, Philippe. Restaurando a governabilidade: o Brasil (afinal) se acertou?. **Dados**, v. 41, n. 1, p. 5-50, 1998.

FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições**. São Paulo: Boitempo, 2000.

FIORI, José Luís. **O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995.

FRENKEL, Roberto. El régimen de alta inflación. In: ARELLANO, José Pablo. (Comp.). **Inflación rebelde en América Latina**. Santiago de Chile: Cieplan; Hachette, 1990.

GAMBLE, Andrew e WALTON, Paul. **Capitalism in crisis: inflation and the State**. London: Macmillan Press, 1976.

GERCHUNOFF, Pablo e TORRE, Juan Carlos. La política de liberalización económica en la administración de Menem. **Desarrollo Económico**, v. 36, n. 143, oct./dic. 1996, p. 733-68.

GOLDTHORPE, John H. The currente inflation: towards a sociological account. In: HIRSCH, Fred e GOLDTHORPE, John H. (Eds.). **The political economy of inflation**. Cambridge: Harvard U. P., 1978. cap. 8, p. 186-213.

GOUGH, Ian. State expenditure in advanced capitalism. **New Left Review**, n. 92, p. 53-92, jul./aug. 1975.

HARVEY, James. Theories of inflation. **Marxism Today**, p. 24-9, jan. 1977.

HIRSCH, Fred e GOLDTHORPE, John H. (Eds.). **The political economy of inflation**. Cambridge: Harvard U. P., 1978.

HIRSCHMAN, Albert O. The social and political matrix of inflation: elaborations on the Latin American experience. In: _____ . **Essays in trespassing: economics to politics and beyond**. Cambridge: Cambridge U. P., 1981. cap. 8, p. 177-207.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **The World Economic Outlook** (WEO) Database, apr. 2003 (<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2003/01/data/index.htm>).

_____. The decline of inflation in emerging markets: can it be maintained? In: _____. **The world economic outlook: fiscal policy and macroeconomic stability**, may 2001. cap. 4, p. 116-44 (<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2001/01/index.htm>).

LARA-RESENDE, André. **Conversas com economistas brasileiros**. In: BIDERMAN, Ciro *et al.* (Orgs.). São Paulo: Editora 34, 1996. cap. 10, p. 285-318.

MAIER, Charles S. The politics of inflation in the twentieth century. In: HIRSCH, Fred e GOLDTHORPE, John H. (Eds.). **The political economy of inflation**. Cambridge: Harvard U. P., 1978. cap. 2, p. 37-72.

MCNAMARA, Kathleen R. **The currency of ideas: monetary politics in the European Union**. Ithaca: Cornell U. P., 1998.

O'CONNOR, James. **USA: a crise do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PANIÆ, M. The origin of increasing inflationary tendencies in contemporary society. In: HIRSCH, Fred e GOLDTHORPE, John H. (Eds.). **The political economy of inflation**. Cambridge: Harvard U. P., 1978. cap. 6, p. 137-60.

PRATES, Daniela M. Investimentos de portfólio no mercado financeiro doméstico. In: FREITAS, Maria C. P. (Org.). **Abertura do sistema financeiro no Brasil nos anos 90**. São Paulo: Fundap: Fapesp; Brasília: Ipea, 1999. p. 17-60.

RODRIGUES, Alberto T. **Brasil de Fernando a Fernando: neoliberalismo, corrupção e protesto na política brasileira de 1989 a 1994**. Ijuí: Editora Unijuí, 2000.

ROSENBERG, Sam e WEISSKOPF, Thomas E. A conflict theory approach to inflation in the postwar U. S. economy. **American Economic Review**, v. 71, n. 2, p. 42-7, may 1981.

ROWTHORN, Bob. **Capitalismo, conflito e inflação**: ensaios de Economia Política. Zahar: Rio de Janeiro, 1982.

SALAMA, Pierre e VALIER, Jacques. **A economia em decomposição**: ensaios sobre a hiperinflação. São Paulo: Nobel, 1992.

SALLUM Jr., Brasília. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social**. v. 11, n. 2, p. 23-47, out. 1999.

SARDENBERG, Carlos A. **Aventura e agonia**: nos bastidores do Cruzado. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

SOLA, Lourdes e KUGELMAS, Eduardo. Statecraft, instabilidade econômica e incerteza política: o Brasil em perspectiva comparada. In: DINIZ, Eli (Org.). **O desafio da democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Luperj, 1996.

SOLNIK, Alex. **Os pais do Cruzado contam por que não deu certo**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

TAVARES, Maria C. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria C. e FIORI, José L. (Orgs.) **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 27-53.

VELASCO E CRUZ, Sebastião C. Brasil: aspectos políticos da crise econômica. **Lua Nova**, n. 49, p. 5-21, 2000.

_____. Alguns argumentos sobre reformas para o mercado. **Lua Nova**, n. 45, p. 5- 27, 1998.

_____. **Estado e economia em tempo de crise**: política industrial e transição política no Brasil dos anos 80. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.